

UNIVERSIDADE. REGRESSO AO FUTURO DE UMA IDEIA*

Como o título e a estrutura organizativa deste colóquio sugeriam, pretendia-se partir de uma aproximação à "Ideia de Universidade" para, em seguida, determinar a especificidade da "Universidade portuguesa", em particular, da "Universidade de Lisboa". Tratava-se de passar da determinação de uma **ideia** (de Universidade) à análise de uma **instituição** (a universidade portuguesa, a universidade de Lisboa), ou, se se preferir, da Universidade como *ideia* à Universidade como *instituição*.

O que supõe um salto imenso. É como passar da claridade à sombra, da transparência do conceito à espessura material de uma realização humana, sempre marcada pelo peso da circunstância, da contingência, da particularidade histórica.

Salto, ruptura, descontinuidade que, se se justifica na ordem das razões, enquanto esforço analítico, nem sempre encontra na ordem das coisas um correlato substancial em que claramente se apoie.

Quer isto dizer que a *Ideia* de Universidade esteve muitas vezes silenciosamente imersa nas formas que as *instituições* universitárias foram adquirindo e só lentamente conquistou a autonomia e a configuração própria de uma Ideia. Por outras palavras, a *Ideia de Universidade* é um fio muito frágil que se vai constituindo como realização teórica de uma lenta e longa evolução da História da Universidade.

O primeiro grande modelo de Universidade constitui-se, como se sabe, em Bolonha, Paris e Oxford a partir dos finais do século XII. Ideia que atravessa um período de latência durante a baixa Idade Média, leve murmúrio no silêncio das

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no colóquio "Da Ideia de Universidade à Universidade de Lisboa", promovido pelo projecto integrado "A Universidade de Lisboa. Da Ideia de Universidade às Práticas Institucionais", realizado na Reitoria da Universidade de Lisboa no dia 30 de Novembro de 1999, como comentário à conferência final aí apresentada pelo Prof. Parker Rossman.

modestas escolas monacais, mas que vai surgir em todo o seu esplendor no bulfício urbano das escolas catedrais e episcopais a partir do século XII¹.

Em termos cognitivos, a universidade caracteriza-se desde logo enquanto *universitas scientiarum*, programa de estudos que visa cobrir a totalidade do saber e que, para isso, o distribui em diferentes faculdades hierarquicamente organizadas de acordo com a programa das sete artes liberais². Sob o ponto de vista institucional, a Universidade configura-se, também desde logo, enquanto *universitas magistrorum et scholarium*. Universidade dos professores e dos alunos reunidos em *nações* que, enquanto expressão do cosmopolitismo cristão, dispõe em geral de autonomia face aos poderes políticos e goza da protecção da Igreja.

Sabemos que este caminho unitário vai ser interrompido em 1548 com a realização do Concílio de Trento e a consequente cisão entre países reformados e países católicos. Enquanto que, nos países reformados, a Universidade se passa a apoiar nos poderes políticos e envereda pela doutrina do livre exame³, nos países católicos vai estreitar-se a aproximação com a Igreja e verificar-se a imposição de uma doutrina. A Universidade (bem assim como os Colégios de Jesuítas que então proliferam) constitui-se como aliada e feroz defensora da ortodoxia imposta pelo poder de Roma. Consequentemente, nos países católicos, a ciência moderna terá que ser feita nas Academias e, portanto, à margem da Universidade.

Esta marginalização do papel cultural e científico da Universidade atinge o seu auge no século XVIII quando, simbolicamente, os poderes revolucionários da Convenção em França pura e simplesmente declaram a supressão da Universidade.

No século XIX, porém, vai ter lugar um acontecimento de capital importância para a história da Universidade. Referimo-nos à primeira grande

¹Num movimento de *translatio studii*, é possível encontrar os momentos preparatórios da Ideia de Universidade em Atenas, Alexandria e Roma. Sobre os alvares da ideia de Universidade no mundo grego, um dos melhores estudos continua a ser a obra clássica de John W. H. Walden, *The Universities of Ancient Greece*, (1962), London: George Routledge and Sons.

² Programa feliz que, como refere Fernando Gil, se constitui como espelho da estrutura da cognição e matriz da construção do conhecimento na civilização ocidental. Cf., “A Universidade e o Conhecimento”, <http://www.educ.fc.ul.pt/cie/seminarios/universidade/fgil.htm>

³Convém recordar que a Universidade na Alemanha só começa a surgir no final do século XVII. É o caso da universidade de Hall onde foram professores Thomasius e Wolf, ambos mestres de Leibniz que, como é sabido, será um dos principais responsáveis pela tomada de consciência nacional da cultura alemã. Só em 1773, sob a protecção de Frederico II, é que surgirão novas universidades em Gottingen e Iena. Para maiores desenvolvimentos, veja-se, por exemplo, de Stephen d’Irsay (1938), *Histoire des Universités Françaises et Étrangères*, Paris:Éditions Auguste Picard, em especial, vol. II, pp. 67-73 e 85-103.

teorização da Ideia de Universidade. Ela tem lugar na Alemanha, em 1810⁴. Pela primeira vez na história da instituição universitária, a reforma projectada para a Universidade de Berlim, de que Humboldt será o grande obreiro, vai resultar da confluência de contributos expressamente elaborados por alguns dos mais notáveis espíritos do tempo, nomeadamente, Hegel, Fichte, Schleiermacher e Schelling⁵.

Não temos aqui oportunidade para fazer um estudo exaustivo das propostas de Humboldt. Propostas que, nos seus traços fundamentais, são acompanhadas, ainda no século XIX, por uma outra obra, oriunda de um diferente horizonte cultural. Referimo-nos ao texto célebre de Henry Newman⁶, The Idea of University (1873)⁷.

⁴Em França, praticamente em simultâneo, sob o domínio de Napoleão (de 1806 a 1808), a Universidade ressurgiu como uma instituição centralizada, um serviço público dependente do Estado e directamente vocacionado para a formação de quadros superiores. O que vai implicar que a actividade de investigação continuará em França a ser realizada sobretudo nas Academias. Cf. por exemplo, de Georges Gusdorf (1964), L' Université en Question, Paris: Payot, pp. 72 e segs.

⁵Três grandes teses sustentam esta teorização. A *primeira*, nega a possibilidade de, em caso algum, se considerar a ciência como obra de um só indivíduo, afirmando que a ciência é sempre obra colectiva. A *segunda*, declara a unidade interna dos conhecimentos, estabelecendo que, no domínio do saber, tudo é interdependente, que não se pode portanto conhecer um objecto particular senão em relação com todos os outros. Nesse sentido, a universidade propõe-se examinar o particular, não em si mesmo, mas na rede das suas relações, inscrevê-lo na unidade do conhecimento, isto é, fazer aparecer o princípio e o fundamento de todo o saber. A Universidade encontra, assim, na filosofia, o fundamento de toda a sua actividade e, simultaneamente, a sua linha de demarcação face à Academia cuja missão consiste em examinar o particular na sua especificidade e pureza. Por seu turno, a *terceira* tese estabelece que a comunicação é a primeira aspiração de todo o conhecimento. Daí que, para além de conferir coesão e procurar o fundamento dos conhecimentos, seja também tarefa constitutiva da Universidade a apresentação sistemática do conjunto desses conhecimentos. Ela propõe-se articular de novo as duas vertentes em que a actividade universitária originariamente se decompunha: investigação e ensino. *Sob o ponto de vista institucional*, a reforma da Universidade de Berlim proposta por Humboldt assenta também em três grandes pilares: independência, liberdade e cooperação sem qualquer constrangimento. O princípio inquestionável é o de que a Universidade não pode permanecer sob a tutela do Estado. Este tem unicamente por dever reconhecer, tolerar e proteger a pessoa moral daqueles que estão ao serviço da verdade. A comunidade científica não só não deve estar comprometida com as questões da nacionalidade como deve libertar-se de todo e qualquer constrangimento exterior e orientar-se apenas em função da busca da unidade do saber e da sua lógica de estruturação interna. Sobre esta questão, veja-se o volume organizado por Jean-Luc Luc Ferry e Alain Renault (1979), Philosophies de L' Université. L' Idéalisme Allemand et la Question de l'Université, Paris: Payot, onde são apresentados, em versão francesa, os textos de Hegel, Fichte, Schleiermacher, Schelling e Humboldt que estão na base da reforma da Universidade de Berlim.

⁶Por muitos considerado o mais influente teólogo de língua inglesa e autor do mais importante livro sobre a Universidade jamais escrito. De entre a recepção recente de John Henry Newton, vejamos, por exemplo, Jaroslav Pelikan, The Idea of University. A Re-examination, New Haven/London: Yale University Press, 1992, e J. M. Cameron, On the Idea of University, Toronto / Buffalo / London: University of Toronto Press / University of St. Michael's College, 1998.

⁷The Idea of University reúne cinco conferências pronunciadas por Newman em Dublin em 1852. Inicialmente publicadas em panfletos e depois reunidas nos Discourses on the Scope and Nature of University Education (1852), mais tarde Newton juntou-lhes outras conferências num volume publicado sob o título The Idea of University defined and illustrated (1873), reprint New Haven / London: Yale University Press (1996).

Propostas ainda que, como é sabido, serviram largamente de modelo à reforma das universidades durante todo o século XIX e início do século XX, tanto na Europa como nos EUA.

Limitar-nos-emos a apontar os pontos mais significativos da Ideia de Universidade que então é consolidada: 1) na continuidade do modelo medieval, a universidade continua a ser pensada como *universalidade e unidade dos saberes e dos estudos*; 2) na mesma maneira, *investigação e ensino* continuam a ser pensadas como tarefas inseparáveis; 3) mantendo-se embora a *estruturação hierárquica* dos saberes, é agora a *filosofia* e não a teologia (ao contrário do modelo medieval) que ocupa o lugar cimeiro nessa hierarquia; 4) a universalidade corporativa dos professores e dos alunos característica da universidade medieval é transmutada na afirmação da natureza comunitária da relação *professores alunos enquanto colaboradores na procura da verdade*; 5) a independência face aos poderes políticos que caracterizou algumas experiências medievais, é reforçada. A Universidade goza de *completa autonomia e independência*, quer face às exigências da produção económica, quer face ao Estado⁸; 6), da mesma maneira, a protecção da Igreja, de que beneficiou a universidade medieval tanto nos países católicos como nos reformados, é agora substituída por um profundo afastamento da universidade face à Igreja. Todos os assuntos devem poder ser tratados *na e pela* universidade, inclusive as questões religiosas. Mas a universidade *apenas está submetida à lei da razão*. Por outras palavras, na sua essencial liberdade crítica, a universidade não aceita qualquer subordinação ou compromisso. Ela é autónoma na escolha dos métodos e prioridades de investigação, orientada unicamente pelo respeito pela ciência e pela procura da verdade enquanto tarefas sempre inacabadas.

⁸Na radicalidade da sua aplicação, esta tese converter-se-á na defesa de um *apoliticismo e de uma neutralidade* que não serão alheios à comprovada impotência, cumplicidade e, mesmo em alguns casos, vergonhosa submissão da universidade alemã ao poder nazi. Cf. Habermas, "A Ideia da Universidade: Processos de Aprendizagem", *Revista de Educação*, vol. I, nº 2 (1987: 3-9) que denuncia fortemente a neutralização política com que Humboldt determinou a ciência e a universidade na Alemanha. Como Habermas sublinha, se é certo que a autonomia, a liberdade, a independência da universidade alemã estiveram na origem do seu esplendor e dos grandes êxitos científicos por ela alcançados no século XIX e primeiras 3 décadas do século XX, também é verdade que, enquanto interioridade protegida pelo poder, ela foi geradora de uma ideologia aristocrática (uma aristocracia de espírito interessada apenas na investigação pura), uma ideologia que se caracterizava pelo elogio da apoliticidade e do alheamento em relação à práxis social (1987: 6). Assim se explicaria, segundo Habermas, a "comprovada impotência", e mesmo "cumplicidade", que a universidade alemã veio a revelar face ao regime nazi (*ibid*).

Ora, a Ideia de Universidade que assim se foi configurando está, há já algumas décadas, sob o fogo cruzado de um conjunto de determinações. Referirei apenas três:

1) Desde o começo do século XX, a **especialização exponencial** do conhecimento, fenómeno que a universidade, dada a sua proximidade congénita ao processo de construção e transmissão do conhecimento, necessariamente vai acompanhar. É assim que ela vai sendo progressivamente reduzida a um conjunto de faculdades, departamentos, secções, centros, projectos, *ilhas* onde cada disciplina, sub-disciplina ou programa de investigação, vive fechado sobre si mesmo. E. ao entregar-se à especialização absoluta, a Universidade perde de vista a organização espacial dos saberes, aquela topologia integradora onde as disciplinas podiam questionar os seus fundamentos, interrogar os seus limites, descobrir a sua articulação e convergência⁹.

2) **A aproximação entre o mundo do trabalho e a Universidade** enquanto exigência decorrente da racionalidade técnica. A universidade que, no tempo de Humboldt, é o lugar da formação cultural por excelência vai ser tocada pela exigência de formação de mão de obra especializada, dotada das competências necessárias ao desenvolvimento tecnológico e industrial¹⁰. Quer isto dizer que às universidades

⁹É esse o sentido de um dos mais célebres textos sobre a Universidade escrito em 1930 por Ortega y Gasset e intitulado "Mission de la Universidad", in Mission de la Universidad y otros Ensayos sobre Educacion y Pedagogia, Madrid: Alianza Editorial <1982> pp. 11-80. Na verdade, já então, Ortega defendia a necessidade urgente de regressar à *universalidade da cultura e dos pontos de vista* que caracterizava o modelo humboldtiano da Universidade. Nesse sentido, a uma Universidade que descarta a cultura e se dedica exclusivamente à formação de especialistas ou "*profissionais incultos*" (1982: 36-37), Ortega y Gasset opunha o projecto de criar uma "Faculdade da Cultura" enquanto núcleo central da Universidade. Para que tal projecto se concretizasse seria necessário fomentar o "*talento integrador*" (1982: 72) capaz de incentivar a criação de sínteses e de sistematizações que promovessem novas formas de integração do saber. Para uma panorâmica sobre as diferentes formas de pensar a vocação integradora da universidade (em especial no pensamento alemão post-kantiano) e os reptos que os desenvolvimentos da ciência contemporânea colocam a essa tarefa, veja-se o cuidadoso estudo de Miguel Baptista Pereira, (1990) "Secularização e Universidade" inserto no volume Modernidade e Secularização, Coimbra: Almedina, pp. 297-333.

¹⁰Para uma lúcida análise da articulação educação-trabalho, cf. de Boaventura de Sousa Santos, (1994), "Da Ideia de Universidade à Universidade de Ideias", in Pela Mão de Alice, Porto: Afrontamento, pp.163-201. Como mostra Boaventura de Sousa Santos, mesmo a tão reclamada autonomia universitária tem tido como efeito uma crescente submissão da universidade a critérios empresariais de eficácia e produtividade (1994: 165 e segs.). Da mesma maneira, também as novas "funções latentes" com que a Universidade tem procurado gerir as suas contradições (segundo Boaventura Sousa Santos, fundamentalmente as seguintes: investigação/ensino; investigação pura/investigação aplicada; educação geral/formação especializada; formação cultural/formação profissional) são ditadas por imperativos de natureza económica e laboral, nomeadamente, o de servir de "parque de estacionamento" (lugar de acumulação de títulos como forma de levar os jovens a fazer um compasso de espera antes de entrar no mercado de trabalho) e mecanismo de "arrefecimento das aspirações dos filhos e filhas das classes populares" (falsa democratização, disfarce da sua selectividade e elitismo (1994: 166).

passam a ser cometidas funções profissionais que eram estranhas aos seus objectivos clássicos. Acresce ainda que, precisamente por causa da necessidade de desempenho dessas *funções profissionalizantes*, as Universidades tem cada vez menos tempo disponível, e até mesmo menos interesse, na reflexão integradora. Elas tendem por isso a ser cada vez mais simples escolas para especialistas, técnicos e profissionais, dando origem àquela relação utilitária com o conhecimento que faz do professor um funcionário (alguém que faz funcionar o estado) e do estudante um consumidor¹¹.

3) Mais recentemente, a **democratização**. Na linha do ideal iluminista de extensão universal das luzes e do ideário republicano de dar a todos os cidadãos iguais possibilidades de acesso ao saber, a universidade quer-se aberta a todos, independentemente da sua origem de classe. A ideia fundamental (e obviamente indiscutível) é a de que a pobreza não deve ser entrave à aquisição de uma formação universitária. Aberta a todos, a universidade quer afastar-se do seu passado elitista, melhor dito, quer recusar um elitismo que tinha a sua raís na origem social (e portanto extra-escolar) dos estudantes¹², isto é, anular o regime segundo o qual a ordem escolar se limitava a reforçar a diferenciação social previamente estabelecida¹³.

¹¹É esse o sentido da posição de Habermas, nomeadamente, a partir das premissas apresentadas em *Technik und Wissenschaft als "Ideologie"* (1968), (trad. port. de Artur Morão, "Ciência e Técnica como 'Ideologia'", Lisboa: Edições 70, <1987>) e posteriormente aplicadas à questão da Universidade no escrito já acima referido "A Ideia da Universidade: Processos de aprendizagem" (1987). Continuando embora a ter Humboldt como pano de fundo, Habermas considera que a Universidade não pode deixar de responder às exigências de profissionalização que caracterizam a nossa actualidade. Como Habermas mostra, para Humboldt era possível defender o carácter formativo do estudo das ciências (a Universidade como *bildung*) porque havia ainda uma estrita separação entre universidades e escolas profissionais, as primeiras fechadas às aplicações industriais e profissionais das teorias, as segundas, fechadas à iniciação teórica (cf. 1968: 97-99). A ciência pura, pensava-se então, trabalha com teorias que se referem às essências imutáveis das coisas e que, portanto, estão muito aquém (muito acima) da mutabilidade dos negócios humanos. Era por essa distância mesma, justamente por essa abstracção, que a teoria se revelava formativa - ela tinha efeitos na compreensão do cosmos, ela permitia a formação superior e filosófica dos indivíduos humanos. A teoria acabava por ter efeitos práticos, mas mediados pela formação individual. Ora, segundo Habermas, assitimos, desde os finais do século XIX, à constituição de uma racionalidade instrumental e estratégica que se traduz pela crescente interdependência entre investigação e técnica. Assim sendo, "se, outrora, a teoria podia converter-se num poder prático, mediante a formação, hoje, temos de haver-nos com teorias que, impraticamente, a saber, sem estarem expressamente referidas à interacção que entre si desenvolvem os homens na sua vida comum, podem, no entanto, transformar-se em poder técnico" (1968: 97-99). Ainda segundo Habermas, trata-se de uma interdependência que se traduz em duas tendências complementares: por um lado, a ciência é cada vez mais um saber tecnicamente utilizável e, por outro, assistimos à cientificação da técnica, quer isto dizer, a evolução técnica é realimentada pelo progresso da ciência (cf. 1968: 72). Como Habermas escreve: "a aplicação da ciência na forma da técnica e a retro-aplicação dos progressos técnicos na investigação transformaram-se na substância do mundo do trabalho" (1968: 99), razão pela qual, "a investigação universitária já não pode hoje resguardar-se da esfera profissional sob o pretexto de que esta continuaria a ser ainda estranha à ciência" (*ibid*).

¹²Para um estudo das transformações e desafios que se colocam hoje ao projecto de democratização da universidade, projecto encarado com frequência de forma entusiasta, por vezes resignada e realista, outras vezes ainda de forma crítica e melancólica, veja-se o conjunto de estudos editados por Anthony

Como sabemos, há um conjunto de *efeitos perversos da democratização* que estão na base da reacção defensiva de nostalgia elitista de muitos bons espíritos a qual, em geral, se traduz pela designação pejorativa de *massificação*: a degradação do nível de estudos. Na verdade, o professor é hoje obrigado a falar para *públicos heterogêneos e impreparados*. Os estudantes de hoje já não são apenas os *bem educados* porque *bem nascidos*, os *bem preparados* porque já filtrados por uma escolaridade prévia altamente selectiva. Para o professor nostálgico da ordem elitista anterior à democratização, os estudantes de hoje tendem assim a ser assimilados à categoria dos infieis, dos hereges, personagens que, na sua bárbara laicidade, deixaram de manifestar qualquer reverência pelo saber. É como se, saída da ordem medieval, a universidade se visse directamente confrontada com as prosaicas exigências do mercado. Daí a reacção clerical de muitos professores que saem a público no ataque à democratização, melhor dito, aos seus inaceitáveis efeitos de massificação. Reacção compreensível mas conservadora, ou mesmo reaccionária, porque incapaz de compreender a modernização.¹⁴

Não deixa de ser significativo que o projecto de uma *Universidade Electrónica* possa apresentar-se como o prolongamento natural da democratização. Uma democratização, não agora interna a cada estado, mas desejável a nível planetário. Nas palavras de Rossman, a universidade electrónica quer-se capaz de abarcar “os em breve dez milhões de habitantes do planeta Terra, incluindo os povos iletrados da floresta virgem brasileira e das mais remotas selvas africanas”¹⁵

Smith e Frank Webster (1997), The Postmodern University? Contested Visions of Higher Education in Society, Buckingham/Philadelphia: SRHE e Open University Press.

¹³O que, no entanto, vai desencadear *um efeito aberrante*: a escola vai assumir como *sua* a tarefa da selecção. Ela avalia os indivíduos, não agora pelo seu passado (pela sua origem social) mas pelo seu presente (pelas suas competências manifestas) e, ao aceitar esse papel, vai passar a determinar grandemente o futuro dos seus alunos. A desigualdade passa a ser *interna* à escola, produzida por ela. A situação inverteu-se totalmente. Agora, é a ordem escolar que tem poderosos efeitos de selecção social.

¹⁴Alain Bloom, em The closing of the American Mind (1987), (trad., port. de Francisco Faia, "A cultura inculta", Lisboa: Europa-América, 1989: em especial o capítulo intitulado "A Universidade", pp. 237-371) é o porta voz do mal estar resultante da degradação cultural que resultou da democratização da Universidade que se produziu nos EUA nos anos sessenta e setenta. Denunciando o fenómeno de democratização da Universidade, por si pensado como deformação demagógica do destino necessariamente aristocrático da instituição universitária, o polémico livro de Bloom é porventura o último grande libelo elitista da Ideia de Universidade na sua acepção mais conservadora e defensiva.

¹⁵ Remetemos para o texto da comunicação apresentada em Lisboa por Parker Rossman no colóquio acima referido "Da Ideia de Universidade à Universidade de Lisboa", e que se encontra disponível *on line* no seguinte *site* <<http://www.educ.fc.ul.pt/cie/seminarios/universidade/pross.htm>>

É bem verdade que a sociedade de informação transforma qualquer *cidadão* num potencial *estudante*. Mas, poderemos nós imaginar sequer quais os efeitos de massificação que um tal esforço de democratização a nível planetário implica?

Porém, o que acontece sob os nossos olhos é que, ainda a Universidade está a sofrer o embate destas profundas transformações, e já está a ser confrontada com novos e decisivos desafios. Referimo-nos, obviamente, ao *impacto sobre a Universidade das novas tecnologias da informação*.

É um facto que o conhecimento, tanto ao nível da sua construção como da sua transmissão, sempre esteve dependente da evolução das formas e tecnologias da comunicação. Refiram-se apenas a escrita, condição de possibilidade de toda a ciência, e a imprensa, condição de possibilidade da revolução científica dos séculos XVI e XVII. É também um facto que a actividade científica sempre teve como sua sombra um formidável sistema de instituições ligadas por mais ou menos rápidos e poderosos meios de comunicação: cartas, livros, gravuras, mapas, jornais, revistas, publicações de toda a ordem, sistemas de catalogação e indexação bibliográficos, escolas, museus, enciclopédias, academias, sociedades científicas, colóquios, congressos, mensageiros, correios, telégrafos, telefones¹⁶, enfim, hoje, faxes, computadores, novos sistemas informáticos dotados de velocidade electrónica, altamente acessíveis na sua miniaturização.

Como dizia McLuhan "é normal que as gerações que vivem na véspera de uma mudança profunda devam mais tarde parecer ter sido cegas diante dos problemas e dos acontecimentos que as perturbavam"¹⁷ Para contrariar este *efeito de obscurecimento*, a Universidade tem que levar a sério a revolução mediática em curso, tomar em consideração um conjunto de novidades tecnológicas cuja evolução não estamos sequer em condições de prever.

Tarefa tanto mais urgente quanto é sabido que a Universidade foi uma das instituições pioneiras na proclamação da revolução informática, no uso dos

¹⁶Sobre este tema, veja-se o interessante projecto de constituição de uma "História do Saber" a partir de uma "História das vias e dos meios de comunicação desse saber" apresentado por Georges Gusdorf em *De l' Histoire des Sciences à l' Histoire de la Pensée*, Paris: Payot, 1966: 290 e segs.

¹⁷ McLuhan, M., (1962), *The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man* (trad. franc. de Jean Paré, "La Galaxie Gutenberg. La Genèse de l'Homme Typographique"), 2 vols., Paris: Gallimard (1977: II: 489).

computadores e na compreensão do papel determinante que os novos meios de comunicação podiam desempenhar enquanto novas formas de aprendizagem e investigação. A verdade porém é que, se por um lado, a Universidade pode ser considerada como a instituição crucial da idade da informação, por outro lado, porque nem sempre tem estado à altura das próprias expectativas que criou, porque muitas vezes tem ficado à margem das grandes transformações para que ela própria contribuiu, a universidade tem permitido que a sociedade de informação tenha vindo a configurar-se segundo princípios que se regulam, não pelas exigências do processo de construção do conhecimento, mas pela lógica do mercado. Acresce que, se é verdade que a universidade se tem deixado largamente influenciar por esses princípios de mercado, também é verdade que é unicamente nela - instituição na qual a inteligência, a inovação e o acesso ao conhecimento continuam a ser decisivos - que se pode esperar um debate profundo sobre os aspectos não comerciais da sociedade de informação.¹⁸

Digamos que o se passa hoje a nível da revolução tecnológica em curso é alguma coisa de decisivo a que não vale a pena virar as costas. Qualquer coisa que vai ter - ou melhor, está já a ter - efeitos decisivos sobre o futuro da Universidade.

Apenas três apontamentos: a) a *separação do saber relativamente ao sabedor*. O que implica o abandono da ideia platónica e humboldtiana segundo a qual a aquisição do saber é educativa, promove a formação espiritual dos humanos (*bildung*). O saber não nos torna melhores mas apenas mais aptos, quer isto dizer, o saber deixa de ter em si mesmo a sua finalidade. Nestas circunstâncias, porque vale pelos seus efeitos performativos, o saber (digitalizado) tende a ser pensado como produto que se adquire (em blocos), que se usa (consome), que se vende (indústria dos mestrados e doutoramentos). A universidade tem então que contribuir para a optimização das *performances* dos seus alunos, fomentar *competências* e não *ideias*. Ela forma profissionais incultos, sem sistemas teóricos que lhes permitam compreender o mundo em que vivem e os homens que o habitam); b) o

¹⁸Quer isto dizer que a Universidade não poderá deixar de colocar-se a si própria a questão das consequências cognitivas da sociedade de informação. Quais os efeitos que as novidades tecnológicas em curso podem ter sobre a construção e transmissão do conhecimento? Sabemos que, para passar pelos novos canais, o saber tem que ser todo ele digitalizado, traduzido em bits ou quantidades mínimas de informação. A pergunta mais radical seria então: Será que vamos assistir à redução do conhecimento à informação, ao progressivo abandono de todas as formas de saber resistentes a essa tradução ou, pelo contrário, (como a própria metáfora da rede sugere), à valorização da relação, da articulação múltipla, à emergência de formas não lineares (hipertextuais) de representação das ideias, mais adequadas à representação diagramática das redes conceptuais, mais abertas à complexidade e à integração sensorial (multimédia)?

desaparecimento da ideia de hierarquia dos saberes. Na verdade, não há hoje uma qualquer disciplina que suporte ser considerada como hierarquicamente dependente de outras. Já não há um núcleo de ciência fundamental, teologia (Id. Média), filosofia (Humboldt), física (positivismo lógico) que dê sentido às outras ciências. O saber tem hoje a configuração de um sistema aparentemente caótico ou vagamente integrado (interdisciplinar) de diferentes áreas, uma rede horizontal das múltiplas disciplinas e sub-disciplinas que a especialização fez surgir. Disciplinas cujas fronteiras tendem a ser pensadas, não apenas como móveis, mas também como fluidas e precárias. O que, ao nível da estruturação da universidade, vai ter como consequências: a substituição de uma concepção hierárquica das faculdades e dos programas de estudo por um entendimento da universidade como espaço de conflito em que a verdade é visada de um modo plural e a partir do contributo das várias disciplinas¹⁹; c) o *abandono dos mecanismos de selecção temática* que as universidades sempre utilizaram e o correlativo aparecimento dos fenómenos de dispersão e igualitarismo temático com tudo o que isso implica de vulgarização do conceito de investigação. Como escreve Georges Steiner (1989: 55), numa universidade como a nossa, em processo de veritiginosa aproximação ao jornalismo, é hoje perfeitamente admissível fazer-se um doutoramento sobre "as escritoras negras do início dos anos oitenta"²⁰.

¹⁹Karl Jaspers, num discurso na Universidade de Heidelberg, intitulado, na versão francesa que utilizámos, "Les deux aspects de la réforme universitaire", in *Philosophischen Aufsätze* (trad. franc. de L. Jospin, Paris, Payot <1970>, pp. 94-115, discurso proferido em 1945, imediatamente após portanto o fim da guerra e quando, justamente, a Universidade Alemã se pretende de reformar face ao pesadelo nazi, é ainda a Humboldt que considera ser necessário regressar. Não para retomar o seu projecto na sua totalidade, mas para o rever criticamente. Significativamente, a principal crítica de Jaspers ao programa humboldtiano diz respeito à hierarquia das disciplinas. Humboldt ter-se-ia limitado, segundo Jaspers, a substituir a Teologia - que ocupava um lugar central na Universidade medieval - pela Filosofia - que passaria então a ocupar o lugar outrora concedido àquela. Ora, Jaspers considera que a Universidade é, por natureza, um espaço de *conflito* em que a verdade deve ser visada de modo *plural*, a partir do contributo das várias disciplinas. Equacionando como principais desafios que se deparam à Universidade a massificação dos estudantes, a especialização do saber *versus* a desagregação da Universidade enquanto conjunto de Faculdades e, por último, a pressão que o Estado e a sociedade civil sobre ela exercem com vista à formação profissional, Jaspers continua porém a reclamar a necessidade de "libertar a força criadora da Ideia de Universidade" (1970:107), continuar a pensá-la como "comunidade de pensamento" (1970: 113), "lugar sagrado" (1970: 111) onde o apelo da verdade incessantemente renasce e subterraneamente orienta o trabalho científico que nela se prossegue, geração após geração. A presença tutelar da ideia humboldtiana de Universidade está igualmente presente numa outra conferência, proferida também na Universidade de Heidelberg, em 1986, por Hans-Georg Gadamer e intitulada, na versão inglesa de L. Schmidt e M. Reuss a que tivemos acesso, "The Idea of University. Yesterday, Today and Tomorrow", in Dieter Misgeld e Graeme Nicholson (eds.), (1992), *Hans-Georg Gadamer. On education, Poetry and History Applied Hermeneutics*, New York: State University Press. pp. 47-59. E, do confronto dessa distante Ideia de Universidade com a realidade presente e as suas alienações (tanto ao nível da relação professor-aluno, como da relação entre as disciplinas científicas e entre a universidade e a sociedade civil (cf. 1992: 52-57)), Gadamer aponta, como orientação futura, a necessidade imperiosa de salvaguardar e dar continuidade às práticas de liberdade, integração dos saberes e solidariedade que informavam a Ideia humboldtiana de universidade.

²⁰Steiner (1989), *Real presences. The arts of sens*, (trad franc. de Michel R. de Pauw, "Réelles Presences. Les Arts du Sens", Paris: Gallimard, <1991>). Partindo de uma comparação com o sistema

Tão fortes e decisivos são os efeitos da digitalização no futuro das universidades que a **primeira grande questão** que hoje legitimamente se coloca é a de saber se a Universidade tal como a conhecemos, na sua *ideia* e nas suas *figuras institucionais*, está condenada a **desaparecer**, a sucumbir perante a pressão de meios de comunicação muito mais poderosos ou, pelo contrário, vai poder **resistir**, vai saber *adaptar-se, transformar-se* o suficiente para poder dar continuidade à sua já longa história.

Num dos seus livros, "*The Emerging Worldwide Electronic University*"²¹, Parker Rossman sugere que a universidade electrónica está a emergir no final do século XX tal como a universidade medieval emergiu no final do século XII. Assim como a universidade medieval surgiu *antes de ser instituída*, também hoje há já inúmeras experiências de universidades electrónicas embora não haja (ainda?) nenhum organismo internacional de controle, nenhuma agencia mundial de articulação dessas experiências pioneiras .

E, na verdade, a universidade electrónica é já, neste momento, muito mais do que um projecto. A realização mais antiga²² é de 1972 quando Takeshi Utsumi dá corpo ao projecto *Glosas* de constituição de uma universidade com base na tecnologia informática extensível à aldeia global do planeta - *Global Electronic University* (GEU).²³

universitário alemão do início do século XIX, Steiner caracteriza o sistema americano do século XX a partir de cinco pontos fundamentais: 1) igualitarismo e dispersão temática (todos os temas podem ser objecto de estudo), 2) fusão entre a universidade, a produção do saber e a criação estética (o cientista e o artista são convidados à universidade; o comentário universitário tem efeitos perversos de retroacção sobre a produção do conhecimento e da obra de arte), 3) constituição de uma crítica jornalística universitária que invade todos os domínios, da divulgação científica à crítica literária, 4) vulgarização do conceito de investigação (parte-se do princípio de que milhares de jovens podem ter qualquer coisa a dizer sobre o átomo, Schakespeare ou Tchernobil), 5) desenvolvimento da indústria do doutoramento (cf. Steiner, 1989: 45-70).

²¹ Rossman, P. (1992), *The Emerging Worldwide Electronic University. Information for Global Higher Education*, Westport / London: Greenwood Press.

²²De lado fica a questão das universidades abertas cujo passado remonta à oferta de cursos por correspondência e passa depois, a partir dos anos 30, à constituição de cursos via rádio e televisão.

²³De início interessado no desenvolvimento das relações no Pacífico, entre os EUA e a Ásia, particularmente o Japão, o projecto *Glosas* (de que Parker Rossman foi vice-presidente), partindo do reconhecimento de que a educação deve ser a base da sociedade global, pretende-se hoje extensível à globalidade do planeta. Para mais detalhada informação, veja-se de Aristide H. Esser e Takeshi Utsumi, "Education for Global Citizenship. A proposed Global (Electronic) University Consortium", *Methodology of Science*, n.º 21 (1988: 142-148).

Muitas outras se lhes seguiram. Destacaremos apenas duas: a *University of the World* (UW), 1983, consórcio de 60 universidades em todo o mundo que estabeleceram entre si a rede BITCOM. Esta universidade, que tem vindo a ser alargada a um número crescente de países, funciona com base em centros nacionais e um escritório central e é gerida por um conselho de directores internacionais e a *Electronic University Network* (EUN), (1984), a primeira a oferecer cursos com créditos on line.

É assim que, numa pesquisa rápida na Internet, podem encontrar-se largas centenas de universidades *on line*, universidades virtuais, *home-pages* com catálogos, exemplos e descrições de todo o tipo de cursos, módulos, programas universitários, informações sobre graus, certificados e diplomas, guias de admissão, formulários de candidatura, boletins para inscrição e pagamento de propinas por cartão de crédito, *campus* universitários virtuais, visitas guiadas a esses *campus* virtuais, listas de *links* que, na sua interligação e abrangência, parecem já configurar uma imensa Universidade Mundial²⁴.

Digamos que o ciberespaço está já atravessado por inúmeras palestras e cursos universitários. Milhares de estudantes de diferentes países frequentam cursos electrónicos, a aula global (virtual) que permite a discussão, via televisão, entre estudantes e entre professores e estudantes é hoje inquestionável, a utilização da rede para projectos de investigação em larga escala é uma realidade e, com ela, a possibilidade de tratamento daquilo a que. Rossman chama "grandes problemas com que a humanidade se confronta"²⁵ problemas que, pela sua complexidade, exigem uma perspectiva holística, requerem uma convergência mundial de dados, reclamam a colaboração de investigadores de todas as nações electronicamente ligados entre si²⁶.

²⁴Num desses website pode mesmo ler-se: "por causa do massivo número de universidades *on line* já existentes nos EUA, limitamo-nos aqui à listagem das universidades *on line* do Kansas" <<http://www.kgs.ukans.edu/General/Links/univOther.html>>. Em Portugal, refira-se em especial o projecto "Academia Global" <<http://www.academia-global.com>>.

²⁵ Cf. Rossman <<http://www.educ.fc.ul.pt/cie/seminarios/universidade/pross.htm>>

²⁶ É esta a linha defendida por Jean Sinnott e Lynn Johnson (1996) numa influente obra intitulada *Reinventing the University. A radical Proposal for a Problem-focused University*, Norwood: Ablex Publishing Corporation. Aí se proclama a necessidade de transformação da universidade no sentido da sua focagem num problema, isto é, da sua "centração em torno de áreas problemáticas de importância para a nação ou para a comunidade global" (1996: 29). Como os autores esclarecem, "*focagem num problema* significa que todos os estudos e investigações são transdisciplinares" (1996: 29), que os cursos e a investigação são centrados num mesmo problema, que o *campus* da universidade é de natureza global e que a universidade está articulada com diferentes instituições de investigação ligadas ao problema central (cf. 1996: 29 e 30 para uma espécie de resumo da proposta). Uma *universidade*

Perplexos e maravilhados, sabemos-nos já rodeados de uma imensa biblioteca *on line*, de livrarias e revistas electrónicas, de co-laboratórios, teleconferências, cursos electrónicos, discussões interactivas via satélite, museus virtuais, etc.

Daí que, **uma segunda questão** seria a de saber da possível ou desejável centralização dessas diversas realizações e experiências numa única e gigantesca Universidade Electrónica Mundial

Segundo Rossman, há três **cenários** possíveis: 1) constituir *consórcios* de meta-universidades do tipo das universidades abertas; 2) estabelecer um regime de *coordenação* de universidades que já operam *on line*; 3) *aguardar o desenvolvimento* dos sistemas tecnológicos de globalização para, depois, os poder utilizar de formas mais variadas e flexíveis²⁷. Quer-nos porém parecer que o problema central da

com focagem num problema seria então uma “equipa auto-sustentada de indivíduos e recursos dedicados ao crescimento pessoal e geral e à partilha de conhecimento relativo a um determinado problema humano com aspectos teóricos e práticos”(1996: 74). Como *exemplos do tipo de problemas* que podem e devem ser escolhidos, os autores referem aqueles: a) que forem considerados importantes pela comunidade (o exemplo que ocorre com mais frequência é “a habitação”); b) que recebam *feedback* positivo dos seus futuros utilizadores (por exemplo, “casas para pobres”, casas para idosos, casas em zonas rurais); c) que se pense que perdurarão no tempo; d) que estejam articulados com outros sub-problemas (reforma agrária, acção governamental, papel das comunidades); e) que requeiram investigação teórica em diversas áreas (arquitectura, economia, urbanismo) e diversificada acção prática (carpintaria, construção civil, canalização) (cf. 1996: 74). Significativamente, os autores consideram que uma universidade com focagem num problema implica o projecto de uma *universidade electrónica internacional sob a forma multi-campus* (cf. 1996: 73-115). Em termos de *estrutura interna*, os autores prevêem apenas dois tipos de estruturas: as ligadas aos aspectos teóricos e práticos do processo criativo e as estruturas de diálogo. As estruturas administrativas desapareceriam de tal forma que todo o trabalho administrativo passaria a ser realizado por indivíduos e grupos das áreas científicas relevantes, por exemplo, “a contabilidade seria feita pelos professores e estudantes de contabilidade, as relações públicas pelos professores e estudantes de comunicação” (1996: 75). Cada site da universidade dedicar-se-ia a uma parte do problema; as sugestões e pareceres dos cidadãos utilizadores dos produtos constituiriam parte importante da avaliação da investigação feita na universidade; a universidade teria relações com unidades dedicadas à venda de produtos relacionados com o problema focado (cf. 1996: 76). Quanto á *governança* da universidade, o princípio adoptado seria o diálogo e o consenso de um corpo de representantes de todos os grupos e o governador, eleito de quatro em quatro anos, seria um cargo rotativo (cf. 1996: 77). Em limite, a ideia base deste projecto pode consubstanciar-se na seguinte questão colocada pelos autores: “Se é suposto que a nossa Terra e nós mesmo como espécie devemos continuar, temos que começar desde já a resolver os problemas do planeta. Estes problemas só podem ser resolvidos a partir de uma perspectiva integrada, interdisciplinar, holística e sustentada (1996: 173). E, mais adiante: “Os melhores espíritos estão tradicionalmente associados à Universidade. O que aconteceria se eles se juntassem, à escala mundial para, de forma cooperativa, procurar soluções para os problemas humanos e responder pelos nossos descendentes? Que acontecerá se eles o não fizerem?” (1996: 173-174).

²⁷ Cf. Rossman <<http://www.educ.fc.ul.pt/cie/seminarios/universidade/pross.htm>>

Universidade Electrónica consiste em determinar, não tanto os *cenários* possíveis da sua institucionalização, mas a sua desejável **arquitectura**.²⁸

Deverá a universidade electrónica do futuro ter apenas *existência no ciberespaço*, adoptar a forma (multi-site) do *World Lecture Hall* ou, pelo contrário, deverá possuir, para além do envolvimento electrónico com todo o mundo, um *lugar físico de base* ?

E, neste caso, qual a natureza desse lugar? Um mero *escritório internacional de organização de serviços*, um organismo central que coordene os cursos on line oferecidos, que decida dos graus e créditos correspondentes? Ou um *conjunto de universidades tal como as entendemos e pensamos há quase mil anos*, com o seu *campus*, as suas *salas de aula e anfiteatros*, os seus *adros*, os seus *pátios*, os seus *lugares de encontro*, os seus *rituais*, as *figuras* próprias da sua estrutura comunicativa - a lição, o livro, a leitura em voz alta, a gramática, o comentário, a disputa argumentativa? Universidades não virtuais mas materiais ainda que articuladas em redes electrónicas que lhes permitam potenciar as suas capacidades, ampliar a sua eficácia, facilitar a realização de algumas das suas tarefas. Por outras palavras, não deverá a universidade electrónica do futuro manter uma *estrutura fisicamente dispersa e electronicamente reunida*?

A universidade electrónica quer-se internacional, global, mundial!

Mas, para isso, deverá adoptar a *incorporalidade* de uma forma **multi-sites** ou preservar na sua tradicional *arquitectura* **multi-campus**?

Em limite, joga-se aqui a sobrevivência da própria Ideia de Universidade tal como ela se conformou desde a Idade Média - *universitas scientiarum* (certamente), mas também enquanto *universitas magistrorum et scholarium*.

Lugar, não apenas de aquisição da informação e de construção do conhecimento - função centralíssima, por certo - mas também lugar propício ao ensino e à aprendizagem, ou seja, à preparação de novas gerações capazes de dar continuidade ao projecto sublime de construção do conhecimento. Digamos que, o que quer que os professores ensinem e o que quer que os estudantes aprendam, eles necessitam de se encontrar **face a face**.

²⁸ Para usar, mais uma vez, um termo feliz que Parker Rossman escolheu para o título da sua conferência "Blueprints and road maps: *architecture* for the university in cyberspace", <<http://www.educ.fc.ul.pt/cie/seminarios/universidade/pross.htm>> (sublinhados nossos).

Lugares *físicos*, pois, onde a aprendizagem se desenrole num conjunto de quadros formais e informais insubstituíveis, *lugares heurísticos*, espaços de circulação da **palavra oral** em toda a sua riqueza sinestésica e sugestiva.

É certo que, limitada no espaço pela audibilidade da voz, a palavra oral só percorre distâncias curtas. Limitada no tempo pela efemeridade e fugacidade da sua elocução, ela só permanece em memórias colectivas. Mas, por isso mesmo, os falantes tendem a manter-se próximos, ligados entre si por nexos de estreita convivencialidade, por fortes relações grupais no interior das quais, unicamente, se pode experimentar a alegria da constituição racional, discursiva e argumentativa de saberes transmissíveis, o mesmo é dizer, científicos (já Aristóteles o apontava).

Lugar também onde **o professor** se perfila enquanto figura, a nosso ver, insubstituível, quaisquer que sejam os progressos da futura tecnologia eléctrica da comunicação.

Se é certo que o discurso do professor (meio - ele também - de comunicação), não detém a velocidade da luz que caracteriza a tecnologia cibernética, é igualmente um facto que a sua voz e a instantaneidade da sua audibilidade na clareira comunicativa que é o espaço da aula, a polimorfia das diversas linguagens de que se serve, a temperatura do olhar, a postura corporal, os gestos, a entoação, o ritmo da fala, fazem dele o meio privilegiado e incontornável de qualquer ensino.

Ao partir-se da Ideia de Universidade, não se pretendeu uma qualquer recuperação a-crítica do modelo que Humboldt consagrou. Uma tal atitude traduzir-se-ia, a nosso ver, numa cegueira face às exigências que actualmente se fazem sentir e às quais a Universidade não pode deixar de responder.

Trata-se - isso sim - de aceitar o desafio da modernidade e, para lá da denúncia céptica e fundamentalista dos poderes opressivos das novas tecnologias da informação, ou da defesa ingénua, do elogio apressado, da promessa benévola de uma comunicação cada vez mais ampla, rápida e global, reconhecer que o que

importa é abrir-se o campo para a análise das novas condições comunicativas e para o questionamento crítico das suas determinações e efeitos²⁹.

Se, a instituição universitária já não encarna ideias, não manterá ela todavia a sua missão crítica e emancipatória enquanto lugar privilegiado de *esclarecimento*, de *convivência comunicativa* entre professores e estudantes³⁰?

²⁹ A título meramente ilustrativo, aqui se apresenta uma *pequena listagem de questões* que, a nosso ver, importaria urgentemente serem colocadas pela universidade: 1. Internacionalização / universalização (mobilidade dos estudantes, mobilidade dos professores, tratamento de problemas que, pela sua globalidade, exigem o concurso de diversas disciplinas e de diversos estados, aceitação da diversidade das culturas, crenças e vias de acesso à verdade); 2. Estrutura curricular (internacionalização dos curricula, flexibilidade curricular / maior opcionalidade dos curricula com vista a que os estudantes dos diversos cursos possam fazer cadeiras em qualquer faculdade no interior da UE, domínio obrigatório de uma segunda / terceira língua estrangeira, interdisciplinaridade / cooperação e complementaridade de diversos tipos de aproximação a um problema); 3. Governação da UE (quem vai coordenar e organizar os inúmeros cursos oferecidos pela UE? Quem decidirá quais os graus e créditos dos diversos cursos? Deverá haver um organismo central com representantes de todas as universidades filiadas e um governador rotativo ou será a própria rede que se deve constituir como *forma* da instituição, isto é, não haverá um líder a centralizar a futura UE mas diversas organizações articuladas em links e dotados de autonomia administrativa? 4. Financiamento da UE (quem pagaria a quem? Qual o empenho e contribuição económica dos diversos estados?).

³⁰ Encontrar-se-á uma defesa desta tese em Habermas (1987). Segundo Habermas, se é certo que a ideia de unidade das ciências perdeu importância face à diferenciação disciplinar e ao "dia-a-dia tecnocrático da Universidade" (1987: 8), a verdade é que os processos de aprendizagem universitários continuam a ter um inestimável valor universal tanto ao nível do desenvolvimento do pensamento científico, como da formação crítica intelectual e da continuidade hermenéutica das tradições (cf. *ibid*). Ou seja, apesar de internamente fragmentada, a actividade científica continua a reger-se pelo princípio da "interacção convergente" (1987: 8). A questão que se coloca é a de saber como fundamentar essa consciência subjectivamente partilhada, essa força ainda integradora da Universidade? Para Habermas, é em Scheleiermacher que a resposta se encontra: "O princípio primeiro de todo o esforço voltado para o conhecimento é o da comunicação e, dada a impossibilidade de produzir seja o que for, ainda que só para nós próprios, sem linguagem, a própria natureza formulou de forma inequívoca esse princípio. Por isso se terão de constituir, a partir do puro impulso de conhecimento, todas as relações necessárias para a realização funcional do conhecimento e diversas formas de comunicação e interacção entre as várias actividades" (1987: 8). Como acrescenta: "apoio-me, sem sentimentalismos, nesta passagem de Schleiermacher, porque acredito verdadeiramente que são as *formas comunicativas da argumentação científica* que afinal permitem dar coesão e unidade aos processos de aprendizagem universitária nas suas diversas funções" (1987: 8-9, sublinhados nossos). Ou seja, o que Habermas faz é estender a ideia humboltiana de seminário à comunidade científica no seu conjunto: "o que Humboldt dizia da convivência comunicativa entre professores e estudantes aplica-se tanto à forma ideal do seminário como à forma normal do trabalho científico" (1987: 9). Digamos que Habermas é mais humboltiano que Humboldt, ele está disposto a fundamentar a racionalidade comunicativa que caracteriza o processo científico, não já na ideia normativa da universidade de Humboldt, mas na própria raiz original da ideia de universidade. É por isso que, como escreve: "mesmo fora da Universidade, os processos universitários de aprendizagem mantêm algo da sua forma universitária original. Todos eles vivem de uma disputa argumentativa que traz consigo a nota promissória do argumento surpreendente. As portas estão abertas, a cada momento pode surgir um novo rosto e uma ideia inesperada" (*ibid*). Num diferente horizonte cultural, Gérard Granel, num texto intitulado *De l' Université*, publicado em 1982, Mauvezin: Ter, podia alargar ainda mais esse conceito de convivência comunicativa e escrever: "a Universidade constitui uma espécie de turbilhão poético-político-filosófico na qual a existência histórica dos povos construiu o saber de si mesma". Se, como afirma, não foi nunca na Universidade mas fora dela (nas guerras, nas ruas, nas greves) que a História dos povos se construiu, é também verdade que a Universidade foi "a instituição que os povos inventaram para recolher (...) o fumo, a

Mas, justamente, não deverá ela por isso continuar a ser um *lugar*, um *ágorá*, um espaço público, de cruzamento de inteligências, de apresentação disciplinada de ideias, de florescimento de talentos individuais?

E, não será o estatuto de um *ágorá virtual* contraditório nos seus próprios termos?

ideia” (desses acontecimentos), isto é, “nos seus grandes momentos, a Universidade foi sempre algo mais e diferente de um conservatório ou um laboratório das ciências e das letras. Ela foi um escândalo público, uma esperança geral, uma matriz para as formas de um mundo futuro” (1982: 78-79).